



Release de
Resultados **1T19**

Portobello Grupo

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO 1T19

Tijucas, 09 de maio de 2019. A PBG S.A. (B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO: PTBL3), **maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil**, anuncia os resultados do primeiro trimestre de 2019.

As informações financeiras apresentadas neste documento são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

DESTAQUES

	R\$ milhões	1T18	1T19	▲%
DESEMPENHO	Receita bruta	303	307	1,4%
	Receita líquida (i)	242	239	-1,0%
	Margem bruta (i)	38,9%	31,6%	-7,3 p.p.
	EBITDA	34	3	-92%
	Margem EBITDA	14,3%	1,1%	-13,1 p.p.
LUCRO	Lucro (Prejuízo) líquido	7	(17)	-346%
	Margem líquida	2,9%	-7,2%	-10,1 p.p.
ROCE		14,4%	16,8%	2,4 p.p.
DÍVIDA	Dívida Líquida	404	515	27,6%
	Dív Liq/EBITDA	2,37	2,01	-15%
PTBL3	Cotação	5,37	4,91	-9%

- **Receita Líquida de R\$ 239 milhões**, com **crescimento** de 8,6% no mercado interno vs 1T18;

- Queda de 7,3 p.p. na **MARGEM BRUTA**, impactando a LUCRATIVIDADE;

- **RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA DE 2,0 X**;

- **RETORNO** sobre Capital Empregado **encerrando o trimestre com 16,8%**;

- Participação expressiva na **Feira Revestir**, com prêmio Best in Show na marca Portobello;

(i) A Receita líquida do 1T18 contempla a reclassificação de abatimentos, anteriormente reconhecidos em despesas, no valor de R\$ 4,3 milhões. Desta forma os valores estão adequados para fins de comparabilidade.

TELECONFERÊNCIA

Sexta-feira, 17 de maio às 9hs

Dados para conexão:

Telefone: +55 11 3137-8043

Senha: PORTOBELLO

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido pela internet, acompanhado da apresentação de slides, que estará disponível 30 minutos antes em:



COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

No primeiro trimestre de 2019 a economia brasileira apresentou crescimento abaixo do esperado e continua refletindo as incertezas que vão desde a dependência política para avançar nas reformas, entre elas a da Previdência, até a consolidação da confiança necessária para um mercado que busca a retomada. Mesmo nesse cenário desafiador, a companhia apresentou crescimento no mercado interno. No mercado externo, tivemos bons avanços nos EUA que não foram suficientes para anular os efeitos da queda nas vendas na América do Sul, notadamente na Argentina. Os resultados também foram afetados pelos aumentos dos custos energéticos que pelo contexto econômico, não foram ainda repassados aos preços e por ajustes extraordinários para adequar estrutura às necessidades e limitações do mercado interno.

A receita líquida consolidada totalizou 239 milhões, semelhante ao 1T18. No mercado externo, as vendas sofreram queda de 37% impactados principalmente pelos efeitos da crise na Argentina. No mercado interno, as vendas cresceram 8,6%, superando o panorama atual no mercado de materiais de construção e de acabamento, que apresentou queda de 1,7% no trimestre.

A margem bruta reduziu de 38,9% no 1T18 para 31,6% no 1T19 em função dos aumentos significativos dos custos energéticos. O gás natural consumido na unidade de Santa Catarina aumentou 80 % ao longo de 2018 e 7,3% adicionais no primeiro semestre deste ano.

A rede de franquias Portobello Shop mantém seu papel de protagonismo no crescimento da Companhia. Até o momento, totaliza 131 unidades, sendo 13 lojas próprias, com abrangência em praticamente todos os estados do país. As lojas fazem parte da estratégia no varejo integrado, com foco maior ao cliente e agilidade na resposta do mercado. As lojas Portobello Shop estão promovendo aos clientes uma combinação de revestimentos cerâmicos Portobello com louças e metais, e soluções personalizadas em porcelanato (Oficina).

O negócio da marca Pointer, quando comparado ao trimestre do ano anterior teve considerável crescimento de vendas e manutenção de margens positivas, resultado da qualificação do mix de produtos e preços melhores. Destaca-se no resultado o desempenho do “*Supercerâmico*” que reúne uma proposta democrática, inovadora e design diferenciado da cerâmica tradicional.

O projeto “Oficina” vem ganhando maturidade com foco na estabilização da operação e serviço. A solução está agregando um grande diferencial competitivo à marca e ao negócio Portobello Shop, incorporando um mix diferenciado de produtos, oferecendo soluções únicas na arte da porcelanateria para o nosso cliente final.

Apesar do cenário desfavorável, o primeiro trimestre trouxe boas notícias para as perspectivas de vendas. Em março, a Companhia teve uma atuação relevante na Feira Revestir, considerada a principal plataforma de soluções em acabamentos da América Latina. Durante a feira houve o lançamento da nova coleção, e neste ano a Portobello recebeu o prêmio “best in show” com a linha Athos Bulcão.

A Companhia mantém seus esforços de melhoria operacional e na rentabilização dos ativos existentes. Também continua confiante em sua estratégia focada no varejo, no fortalecimento da marca, nos novos negócios, nas vendas no mercado externo, na estratégia de internacionalização, agora com distribuição própria nos EUA (Flórida e Tennessee).

A norma IFRS 16/CPC 06 (R2), a partir de 1º de janeiro de 2019 alterou o reconhecimento dos aluguéis e leasings enquadrados como arrendamento. A nova norma trouxe a exigência de reconhecer os compromissos futuros, em contrapartida aos ativos referente ao seu direito de uso.

Os alugueis e leasings que até 2018 eram reconhecidos com despesas operacionais, são agora reconhecidos como depreciação e despesas financeiras.

IMPACTOS IFRS 16/CPC 06 (R2)

Balança		Resultado	
Ativo	21.899	DRE	500
Direto de uso arrendamento	21.899	Despesa com aluguel	(1.639)
Passivo	22.899	Depreciação de Arrendamento	1.819
Arrendamento	22.399	Desp Financeira de Arrendamento	320
Patrimonio Líquido	500		
		EBITDA Ajustado	1.639
		% EBITDA	0,6 p.p

*data base: 31/03/2019

	R\$ mil	1T17	1T18	1T19	▲%	Pro-forma
DESEMPENHO	Receita bruta	296.203	303.208	307.334	1,4%	307.334
	Receita líquida (i)	231.646	241.598	239.232	-1,0%	239.232
	Lucro bruto (i)	91.889	93.968	75.695	-19,4%	75.695
	<i>Margem bruta (i)</i>	39,7%	38,9%	31,6%	-7,3 p.p.	31,6%
	EBIT	42.877	23.609	(10.267)	-143%	(10.083)
	<i>Margem EBIT</i>	18,5%	9,8%	-4,3%	-14,1 p.p.	-4,2%
	Resultado financeiro	(15.445)	(15.203)	(12.910)	-15%	(12.590)
	Tributos s/ lucro	(7.560)	(1.410)	5.968	-523%	5.968
	Lucro (prejuízo) líquido	19.872	6.996	(17.209)	-346%	(16.705)
	<i>Margem líquida</i>	8,6%	2,9%	-7,2%	-10,1 p.p.	-7,0%
	EBITDA	52.720	34.454	2.735	-92%	1.096
<i>Margem EBITDA</i>	22,8%	14,3%	1,1%	-13,1 p.p.	0,5%	
INDICADORES	Liquidez corrente	1,26	1,22	1,00	(0,22)	1,54
	Dívida líquida	437.366	403.956	515.338	27,6%	515.122
	Dívida líquida/EBITDA	3,0	2,37	2,01	(0,35)	2,02
	Dívida líquida/PL	1,53	1,38	1,50	0,12	1,49
PTBL3	Cotação fechamento	2,89	5,37	4,91	-9%	4,91
	Valor de mercado	458.032	851.083	778.179		778.179
	Volume mensal de negociação (R\$). Média últimos 12 meses	20.000	50.902	44.683	-12%	44.683

(i) A Receita líquida do 1T17 e 1T18 contempla a reclassificação de abatimentos, anteriormente reconhecidos como despesas, no valor de R\$ 3,9 e R\$ 4,3 milhões, respectivamente, adequando para fins de comparabilidade.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 239 milhões no 1T19, 1 % abaixo do 1T18. Esta variação sofreu efeitos de ajustes de critérios de reconhecimento da receita (principalmente abatimento de contratos). Quando comparado pela receita bruta, a Companhia cresceu 1,4% acima do mesmo período do ano passado.

Receita Líquida



As vendas do mercado interno representaram 87% (79% em 1T18) e o montante em reais foi superior ao 1T18 em 8,6%, em função das Lojas Próprias e a da marca Pointer.

	1T17	1T18	1T19	▲%
Receita Líquida	231.646	241.598	239.232	-1,0%
Mercado Interno	191.499	191.019	207.367	8,6%
Mercado Externo	40.147	50.579	31.865	-37%

As vendas nas exportações caíram 37% acompanhando a retração no mercado da Argentina.

Lucro Bruto

Lucro Bruto



O lucro bruto no 1T19 totalizou R\$ 76 milhões, 23% abaixo do 1T18. A margem bruta atingiu 32%, afetada principalmente pelos reajustes dos preços dos insumos energéticos.

A companhia está executando ações para mitigar estes efeitos através da melhoria do mix de venda, reajuste nos preços e redução de custos de produção.

Resultado Operacional

	1T17	%RL	1T18	%RL	1T19	%RL	▲%
Despesas operacionais	(49.012)	21%	(70.359)	29%	(85.959)	36%	22%
Vendas (i)	(52.698)	23%	(59.522)	25%	(72.657)	30%	22%
Gerais e administrativas	(8.275)	4%	(9.260)	4%	(10.674)	4%	15%
Outras receitas (despesas)	11.961	-5%	(1.577)	1%	(2.628)	1%	67%

(i) As despesas do 1T17 e 1T18 foram ajustadas em função de reclassificação de abatimentos para dedução da receita, no valor de R\$ 3,9 e R\$ 4,3 milhões respectivamente.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 72 milhões no 1T19, sendo 22% maiores do que em 1T18. A relação com a receita líquida de 1T19 é de 30% e apresenta aumento de 5 pp. Este aumento deu-se em função do desenvolvimento de novos negócios, aumento no número de lojas próprias, operações nos EUA, ampliação da rede logística, intensificação da atuação no varejo, além de gastos com redução da estrutura organizacional para adequar a Companhia aos patamares atuais de vendas.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 11 milhões, e mantem o índice de 4% da receita líquida quando comparado ao 1T18.

As despesas, tanto com vendas como administrativas, também foram impactadas por gastos de readequação da estrutura organizacional e totalizaram R\$ 3,4 milhões. A Companhia mantém uma postura diligente não só em relação a despesas, mas também aos custos e ao aumento da receita para retomar aos patamares de 2017.

As outras despesas operacionais mantiveram-se nos níveis do ano anterior.

EBITDA

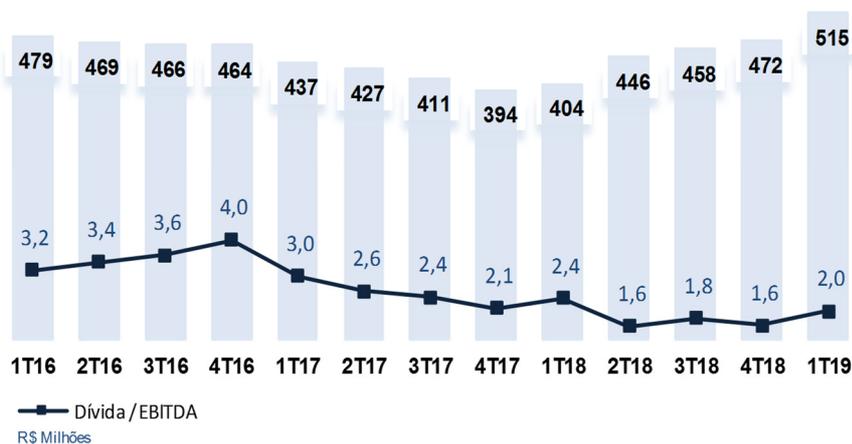
	1T17	1T18	1T19	%RL	▲%
Lucro (prejuízo) líquido	19.872	6.996	(17.209)	-7%	-346%
(+) Resultado financeiro	15.445	15.203	12.910	5%	-15%
(+) Depreciação e amortização	9.843	10.845	13.002	5%	20%
(+) Tributos sobre lucro	7.560	1.410	(5.968)	-2%	-523%
EBITDA	52.720	34.454	2.735	1%	-92%
(-) Ganhos extraordinários	(20.248)				
EBITDA ajustado	32.472	34.454	2.735	1%	-92%



O 1T19 apresentou EBITDA de R\$ 3 milhões e margem EBITDA de 1% em função principalmente dos custos energéticos.

ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

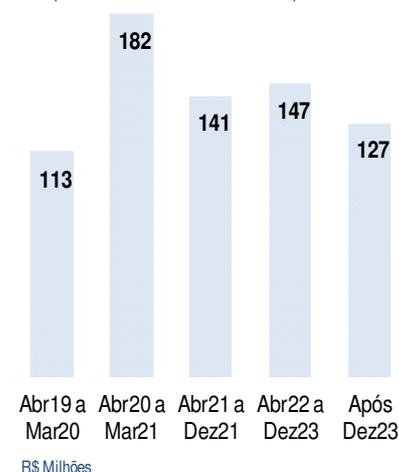
Dívida Líquida



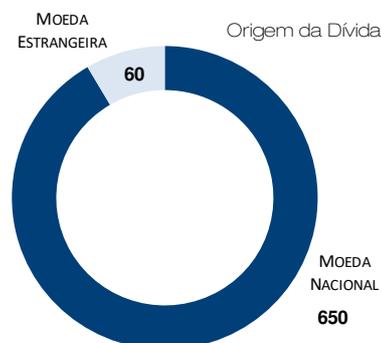
O endividamento líquido da Companhia atingiu R\$ 515 milhões, equivalente a 2,0x o EBITDA dos últimos 12 meses. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 27% de endividamento, devido a resultados menores e necessidade de caixa dos investimentos.

	mar/18	dez/18	mar/19	▲ R\$
Endividamento Bancário	500.425	595.637	710.472	114.835
Endividamento Tributário	71.134	64.367	62.092	(2.275)
(=) Endividamento bruto	571.559	660.004	772.564	112.560
(+) Disponibilidades	(72.129)	(89.875)	(158.510)	(68.635)
(+) Créditos partes relacionadas	(95.474)	(97.941)	(98.716)	(775)
(=) Endividamento líquido	403.956	472.188	515.338	43.150
EBITDA (últimos 12 meses)	170.751	288.013	256.289	(31.724)
<i>Dívida líquida / EBITDA</i>	<i>2,37</i>	<i>1,64</i>	<i>2,01</i>	
<i>Dívida líquida / PL</i>	<i>1,38</i>	<i>1,30</i>	<i>1,50</i>	

Cronograma de Amortização
(endividamento bruto)

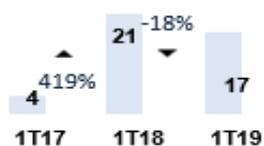


O endividamento que teve seu perfil alongado com lançamento de nova série de debêntures no ano de 2018, 84% da dívida tem vencimento no longo prazo.



INVESTIMENTOS

Investimentos



No 1T19 os investimentos totalizaram R\$ 17 milhões. Desse montante, 68% foram destinados ampliação da capacidade da planta de Tijucas (SC), 20% para lojas próprias e o restante para reestruturação dos centros de distribuição.

No parque fabril de Tijucas, os investimentos concentraram-se na preparação e atualização para produção de formatos maiores e itens de maior valor agregado.

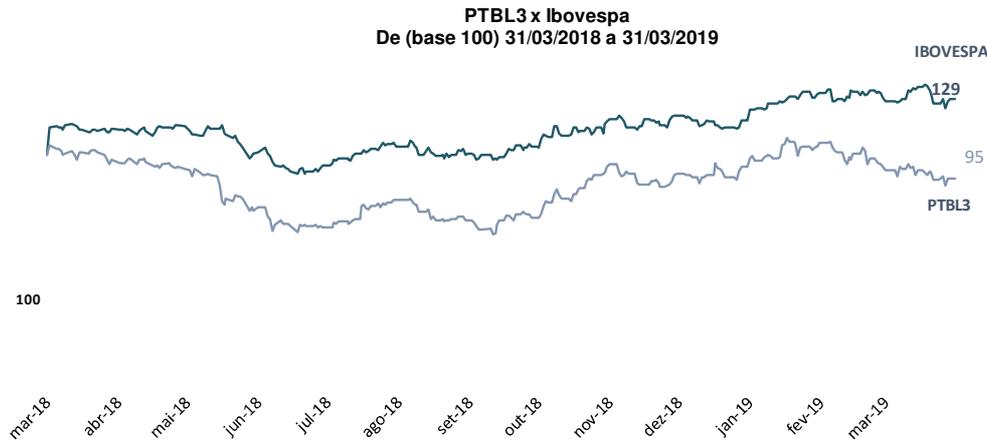
REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA

A remuneração total aos acionistas referente ao exercício de 2018, foi de R\$ 31.892 mil, o que representou um *yield* (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 4,10%.

Foi aprovada em 02 de abril de 2019, na Assembleia Geral Ordinária, a proposta da Administração de distribuir dividendos totais de 25% do lucro líquido. O montante a pagar, será de R\$ 22.970 mil (líquido dos pagamentos feitos em agosto de 2018), cerca de R\$ 0,14492 por ação. O pagamento foi realizado no dia 30 de abril de 2019.

Na mesma Assembleia houve a reeleição dos membros do Conselho Fiscal, cujo mandato será de um ano.

DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3



As ações emitidas pela PBG S.A., negociadas no código PTBL3, encerraram o último pregão de março de 2019 cotadas a R\$ 4,91.

O volume financeiro médio negociado nos últimos doze meses foi de R\$ 45 milhões, uma redução de 12% frente

aos R\$ 51 milhões do ano anterior. Ao final do 1T19, a PBG S.A. apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 778 milhões

PERSPECTIVAS

- Os próximos trimestres apontam para um cenário ainda desafiador, mas com expectativa da retomada gradual do crescimento econômico dependendo do andamento das reformas. Assim, internamente, o foco será mantido na qualificação do *mix* de vendas, retomada do crescimento do volume de vendas e controle dos custos e despesas;
- O mercado da construção civil apresenta retomada, que deve refletir na indústria de acabamentos ao longo de 2019;
- O varejo permanece como um dos pilares de crescimento do negócio, buscando acelerar o crescimento e a geração de valor ao acionista, especialmente nas vendas através da Portobello Shop e ampliação de Lojas Próprias;
- No segmento cerâmico, a Companhia espera a continuidade no aumento de *share* do porcelanato, com destaque para esmaltados, e continuidade das tendências recentes de grandes formatos e itens decorados;
- A fábrica de Alagoas e a marca Pointer continuam com a execução do plano de adequação ao contexto do mercado atual, posicionamento da marca, do portfólio de produtos e o resultado econômico. A operação já atingiu seu equilíbrio e as projeções continuam apontando para ganhos de rentabilidade;
- No mercado externo, os esforços permanecerão na expansão das exportações e internacionalização da Companhia. Neste sentido, a operação de distribuição nos EUA continuará sendo ampliada, com centros de distribuição no Texas, já implantados na Flórida e Tennessee;
- O negócio “Oficina” continuará ganhando robustez e representatividade nas vendas bem como na estratégia. Atingindo a maturidade, proporcionando melhor rentabilidade e sendo um diferencial competitivo para a marca Portobello;
- Internamente, a companhia continuará focada nas ações de mitigação do aumento dos insumos energéticos. Seja na otimização fabril, na revisão constante de custos e despesas ou na revisão do portfólio de produtos.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da PBG S.A. em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o primeiro trimestre de 2019, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Nome

Cláudio Ávila da Silva

Cesar Gomes Júnior

Nilton Torres de Bastos Filho

Glauco José Côrte

Geraldo Luciano Mattos Junior

Walter Roberto de Oliveira Longo

Marcos Gouvêa de Souza

Diretoria

Nome

Cargo

Cesar Gomes Júnior

Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva

Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki

Diretor Vice Presidente de Operações e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira

Diretor Vice Presidente

TELECONFERÊNCIA E WEBCAST

Sexta-feira, 17 de maio de 2019 às 9h será realizada a teleconferência em português dos resultados referentes ao primeiro trimestre de 2019.

Dados para conexão:

Telefone: +55 11 3137-8043

Senha: PORTOBELLO

Para aqueles que não puderem acompanhar as teleconferências ao vivo, será disponibilizada a íntegra do áudio com acesso diretamente pelo web site da companhia (www.ri.portobello.com.br/).

Balço Patrimonial

Ativo	31-mar-19	31-dez-18	Passivo	31-mar-19	31-dez-18
Circulante	656.778	563.867	Circulante	454.415	404.068
Disponibilidades	151.166	82.624	Empréstimos/Debêntures	136.259	101.721
Contas a Receber	229.761	239.463	Fornecedores e Cessão de Crédito	179.088	170.830
Estoques	237.238	213.791	Impostos e Contribuições Sociais	17.040	25.846
Impostos a Recuperar	10.337	10.201	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.276	36.734
Despesas antecipadas	6.983	1.598	Adiantamentos de Clientes	18.588	16.457
Outros	21.293	16.190	Dividendos a pagar	23.457	23.457
			Outros	40.707	29.023
Não Circulante	1.093.847	1.058.288	Não Circulante	951.900	855.967
Realizável a Longo Prazo	589.153	579.070	Empréstimos/Debêntures	574.213	493.916
Depósitos Judiciais	121.435	116.980	Fornecedores	105.730	101.268
Impostos a Recuperar	5.550	5.287	IR e CSLL Diferidos	-	1.965
Ativo Judicial	314.981	317.506	Parcelamento Obrigações Tributárias	51.210	53.574
Créditos Partes Relacionadas	98.716	97.941	Dívidas com Pessoas Ligadas	62.008	62.008
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	12.821	Provisões	137.765	139.605
Outros Ativos Não Circulante	35.650	28.535	Outros	20.974	3.631
			Patrimônio Líquido	344.310	362.120
Investimentos	298	298	Capital Social	140.000	140.000
Imobilizado	459.536	458.331	Reservas de Lucro	219.047	235.960
Bens de direito de uso	21.899	-	Outros Resultados Abrangentes	(14.753)	(13.852)
Intangível	22.961	20.589	Part Acionistas Não Controladores	16	12
Total do Ativo	1.750.625	1.622.155	Total do Passivo	1.750.625	1.622.155

Visite o site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

PBG S.A.

**Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2019
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
PBG S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da PBG S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



PBG S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2018, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2018 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 15 de maio de 2018 e 18 de fevereiro de 2019, respectivamente, sem ressalvas.

Florianópolis, 10 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP 236051/O-7

PBG S.A e empresas controladas

Balanços Patrimoniais Intermediários

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018			31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	118.360	67.580	151.166	82.624	Fornecedores	21a	117.492	112.000	132.587	124.874
Contas a receber de clientes	8	208.869	222.065	229.761	239.463	Cessão de crédito com fornecedores	21b	46.501	45.956	46.501	45.956
Estoques	9	226.592	206.822	237.238	213.791	Empréstimos e financiamentos	22	136.259	101.721	136.259	101.721
Adiantamentos a fornecedores		5.010	4.112	11.246	7.385	Empréstimos e financiamentos		130.966	99.760	130.966	99.760
Tributos a recuperar	10	8.339	8.393	10.337	10.201	Debêntures		5.293	1.961	5.293	1.961
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14a	-	-	805	627	Parcelamento de obrigações tributárias	23	10.806	10.718	10.882	10.793
Demais tributos a recuperar	10	8.339	8.393	9.532	9.574	Impostos, taxas e contribuições	25	3.245	3.609	4.165	4.738
Dividendos a receber	40	28.377	28.377	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14a	412	8.423	1.993	10.315
Despesas antecipadas		6.742	1.598	6.983	1.598	Dividendos a pagar	36	23.428	23.428	23.457	23.457
Outros		5.691	6.038	10.047	8.805	Adiantamentos de clientes		16.536	17.329	18.588	16.457
Total ativo circulante		607.980	544.985	656.778	563.867	Obrigações sociais e trabalhistas		33.388	31.720	39.276	36.734
						Provisão para participação nos lucros		3.204	1.264	3.204	1.264
						Contas a pagar de investimentos	21c	12.627	10.676	13.204	11.533
						Outros	29	19.901	15.754	24.299	16.226
						Total passivo circulante		423.799	382.598	454.415	404.068
Não circulante						Não circulante					
Créditos com controladas	17.a	90.089	84.789	-	-	Fornecedores	21a	105.730	101.268	105.730	101.268
Créditos com outras pessoas ligadas	11	98.716	97.941	98.716	97.941	Empréstimos e financiamentos	22	572.899	492.624	574.213	493.916
Depósitos judiciais	12	121.403	116.949	121.435	116.980	Empréstimos e financiamentos		276.043	198.966	277.357	200.258
Recebíveis da Eletrobrás	13	12.821	12.821	12.821	12.821	Debêntures		296.856	293.658	296.856	293.658
Tributos a recuperar	10	5.267	5.015	5.550	5.287	Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	26	137.734	139.575	137.765	139.605
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14b	5.928	-	10.281	4.353	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14b	-	1.965	-	1.965
Ativos tributários	15	314.981	317.506	314.981	317.506	Parcelamento de obrigações tributárias	23	50.864	53.212	51.210	53.574
Ativo atuarial		9.675	9.675	9.675	9.675	Provisão perdas em investimentos	17a	59.784	74.534	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	7.344	7.251	7.344	7.251	Provisão para incentivo de longo prazo	28	162	162	162	162
Outros		7.832	6.974	8.350	7.256	Dívidas com Pessoas Ligadas	15c	62.008	62.008	62.008	62.008
Total ativo não circulante		674.056	658.921	589.153	579.070	Outros	29	11.638	3.122	20.812	3.469
						Total passivo não circulante		1.000.819	928.470	951.900	855.967
Investimentos						Patrimônio líquido	30				
Participação em controladas	17a	24.157	19.937	-	-	Capital social realizado		140.000	140.000	140.000	140.000
Outros investimentos		298	298	298	298	Reservas de lucros		219.047	235.960	219.047	235.960
Imobilizado	18	443.227	440.384	459.536	458.331	Ajuste de avaliação patrimonial		(14.753)	(13.852)	(14.753)	(13.852)
Intangível	19	9.464	8.651	22.961	20.589						
Ativo de Arrendamento	20	9.730		21.899							
Total ativo não circulante		486.876	469.270	504.694	479.218	Participação dos não controladores		344.294	362.108	344.294	362.108
								-	-	16	12
Total do ativo		1.768.912	1.673.176	1.750.625	1.622.155	Total do passivo e patrimônio líquido		1.768.912	1.673.176	1.750.625	1.622.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações intermediárias do resultado

Para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado em 31 de março de 2019	Acumulado em 31 de março de 2018	Acumulado em 31 de março de 2019	Acumulado em 31 de março de 2018
Receita líquida de venda	31	214.613	223.310	239.232	245.901
Custo dos produtos vendidos	32	(161.490)	(147.351)	(163.536)	(147.630)
Lucro operacional bruto		53.123	75.959	75.696	98.271
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	32	(51.630)	(52.439)	(72.657)	(63.825)
Gerais e administrativas	32	(10.258)	(8.766)	(10.674)	(9.260)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(2.377)	(1.660)	(2.628)	(1.577)
Resultado de equivalência patrimonial	17a	(1.375)	11.774	-	-
		<u>(65.640)</u>	<u>(51.091)</u>	<u>(85.959)</u>	<u>(74.662)</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(12.517)	24.868	(10.263)	23.609
Resultado financeiro	34				
Receitas financeiras		4.716	2.184	4.858	2.404
Despesas financeiras		(17.505)	(16.868)	(17.969)	(17.244)
Variação cambial líquida		204	(363)	201	(363)
		<u>(12.585)</u>	<u>(15.047)</u>	<u>(12.910)</u>	<u>(15.203)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.102)	9.821	(23.173)	8.406
Imposto de renda e contribuição social	14c				
Corrente		-	(1.646)	(1.925)	(4.055)
Diferido		7.893	(1.186)	7.893	2.645
		<u>7.893</u>	<u>(2.832)</u>	<u>5.968</u>	<u>(1.410)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		(17.209)	6.989	(17.205)	6.996
Resultado líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia		(17.209)	6.989	(17.209)	6.989
Participação dos não controladores		-	-	4	7
				<u>4</u>	<u>7</u>
Quantidade por lote de mil ações em circulação na data do balanço				<u>158.489</u>	<u>158.489</u>
Lucro(prejuízo) básico e diluído do período por ação - R\$	35			<u>(0,11)</u>	<u>0,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado em 31 de março de 2019	Acumulado em 31 de março de 2018	Acumulado em 31 de março de 2019	Acumulado em 31 de março de 2018
Resultado líquido do período		(17.209)	6.989	(17.205)	6.996
Outros componentes do resultado abrangente		(605)	(271)	(605)	(271)
Variação cambial de controlada localizadas no exterior	17a	(605)	(271)	(605)	(271)
Total do resultado abrangente do período		(17.814)	6.718	(17.810)	6.725
Resultado abrangente do período atribuível a					
Acionistas da Companhia		(17.814)	6.718	(17.814)	6.718
Participação dos não controladores		-	-	4	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações intermediárias das mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros (prejuízos) acumulados	Total PL Controladora	Participação de não controladores	Total PL Consolidado	
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a destinar	Dividendos adicionais propostos	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes					
Controladora e Consolidado															
Em 31 de dezembro de 2018		130.000	-	-	18.426	95.400	30.162	15.232	35.876	(29.523)	(10.525)	-	285.048	12	285.060
Realização da reserva de reavaliação	31	-	-	-	-	-	-	-	(298)	-	-	298	-	-	-
Varição cambial de controlada localizada no exterior	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(271)	-	-	(271)	-	(271)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.989	6.989	7	6.996
Em 31 de março de 2018		130.000	-	-	18.426	95.400	30.162	15.232	35.578	(29.794)	(10.525)	7.287	291.766	19	291.785
Em 31 de dezembro de 2018		140.000	-	-	25.140	114.922	95.898	-	34.690	(40.462)	(8.080)	-	362.108	12	362.120
Realização da reserva de reavaliação	31	-	-	-	-	-	-	-	(298)	-	-	298	-	-	-
Varição cambial de controlada localizada no exterior	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(605)	-	-	(605)	-	(605)
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.209)	(17.209)	4	(17.205)
Em 31 de março de 2019		140.000	-	-	25.140	114.922	95.898	-	34.392	(41.067)	(8.080)	(16.911)	344.294	16	344.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Intermediárias de fluxo de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	Acumulado em 31 de março de 2019	Acumulado em 31 de março de 2018	Acumulado em 31 de março de 2019	Acumulado em 31 de março de 2018
Caixa líquido das atividades operacionais	(20.807)	2.473	(21.294)	9.895
Caixa gerado nas operações	6.000	25.655	11.190	37.015
Resultado do período antes dos tributos	(25.102)	9.821	(23.173)	8.406
Depreciação e amortização	10.397	9.798	13.002	10.845
Equivalência patrimonial	1.375	(11.774)	-	-
Variação cambial não realizada	(1.514)	(399)	(240)	(346)
Variação cambial não realizada de empréstimo	365	(75)	365	(75)
Variação cambial não realizada Portobello America	(1.879)	(324)	(605)	(271)
Provisão de avaliação de estoque a valor de mercado	9	(39)	1.145	(39)
Provisão para devedores duvidosos	8	70	396	70
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	26	4.333	8.539	4.333
Provisões de obrigações sociais e trabalhistas		(2.730)	(3.152)	(3.371)
Provisão para participação nos lucros e incentivo de longo prazo		1.940	1.388	1.940
Outras provisões		1.863	1.335	1.863
Empréstimo compulsório Eletrobrás		-	-	-
Ativos tributários		(2.525)	(642)	(2.525)
Atualizações de Créditos com outras pessoas ligadas	11	(775)	(823)	(776)
Atualizações Encargos financeiros com tributos parcelados		5.879	676	5.913
Juros provisionados de empréstimos e debêntures		11.472	9.673	11.494
Deságio sobre créditos recebidos de partes relacionadas		-	-	-
Outros		807	1.184	1.189
Variações nos ativos e passivos	(22.825)	(19.274)	(32.785)	(21.532)
Contas a receber	8	13.761	(5.222)	9.306
Estoque	9	(20.915)	(10.412)	(24.592)
Depósitos judiciais	12	(4.454)	(2.321)	(4.455)
Tributos a recuperar	10	(198)	2.293	(221)
Aplicação financeira vinculadas		(93)	(92)	(93)
Outros ativos		(5.965)	(3.947)	(7.721)
Contas a pagar		10.499	8.930	12.720
Adiantamento a fornecedores		(898)	(122)	(3.861)
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	26	(2.492)	(157)	(2.491)
Adiantamento de clientes		(793)	(696)	2.131
Parcelamentos	23	(8.139)	(6.289)	(8.188)
Obrigações fiscais e trabalhistas		(8.212)	(1.229)	(13.199)
Aumento/(redução) de contas a pagar de investimento		(8.373)	-	(13.098)
Outras contas a pagar		13.447	(10)	20.977
Outros		(3.982)	(3.908)	301
Juros pagos		(3.982)	(3.908)	(3.982)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	4.283
Caixa líquido das atividades de investimento	(34.701)	(15.204)	(16.451)	(19.746)
Aquisição do ativo imobilizado	18b	(12.069)	(17.036)	(13.096)
Aquisição do ativo intangível	19b	(1.474)	(437)	(3.355)
Dividendos recebidos		-	7.500	-
Recebimento de créditos com partes relacionadas		-	(3.295)	-
Recebimento na venda de ativo permanente		-	-	-
Integralização de capital em controladas	17.a	(21.158)	(1.936)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	106.288	(19.429)	106.287	(19.429)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures		122.827	-	122.826
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(16.539)	(19.429)	(16.539)
Dividendos pagos		-	-	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	50.780	(32.160)	68.542	(29.280)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		67.580	78.756	82.624
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		118.360	46.596	151.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Para os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Receitas		268.234	273.312	294.497	298.153
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		266.972	272.215	297.043	299.749
Outras receitas		696	1.168	(2.149)	(1.525)
Reversão (provisão) para crédito liquidação duvidosa	8	566	(71)	(397)	(71)
Insumos adquiridos de terceiros		(144.793)	(137.384)	(151.988)	(140.405)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos		(103.840)	(95.752)	(104.345)	(95.809)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(41.563)	(42.351)	(48.198)	(45.315)
Perda/Recuperação de Valores Ativos		610	719	555	719
Valor adicionado bruto		123.441	135.928	142.509	157.748
Retenções		(10.397)	(9.798)	(13.002)	(10.845)
Depreciação e amortização	18b e 19b	(10.397)	(9.798)	(13.002)	(10.845)
Valor adicionado líquido produzido		113.044	126.130	129.507	146.903
Valor adicionado recebido em transferência		9.689	16.090	11.205	8.365
Resultado de equivalência patrimonial	17a	(1.375)	7.944	-	-
Receitas financeiras		11.064	8.146	11.205	8.365
Valor adicionado total a distribuir		122.733	142.220	140.712	155.268
Distribuição do valor adicionado		122.733	142.220	140.712	155.268
Pessoal		57.570	50.888	67.701	56.782
Remuneração direta		47.740	42.904	56.590	47.992
Benefícios		5.453	4.985	6.151	5.392
FGTS		4.377	2.999	4.960	3.398
Impostos, taxas e contribuições		55.775	58.195	62.175	63.958
Federais		18.849	23.180	24.832	28.818
Estaduais		36.399	34.436	36.785	34.549
Municipais		527	579	558	591
Remuneração de capitais de terceiros		26.597	26.148	28.041	27.532
Juros		23.649	23.193	24.127	23.577
Aluguéis		2.948	2.955	3.914	3.955
Remuneração de capitais próprios		(17.209)	6.989	(17.205)	6.996
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-
Lucros retidos		(17.209)	6.989	(17.209)	6.989
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	4	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 18 de fevereiro de 2019, e que detém, em 31 de março de 2019, 54% das ações da Companhia. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra treze lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica, que desde do segundo trimestre de 2018 opera a fábrica de cortes especiais no Sudeste e (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano e gradativamente retoma as operações a partir do segundo semestre de 2018.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Controladora e Consolidado, respectivamente, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro intermediário CPC21/ IAS34 , emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou inicialmente o IFRS 16 / CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, e em decorrência dessa adoção reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das lojas e Centro de Distribuição.

A nova política contábil aplicável introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se:

- (i) O contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- (ii) A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato;
- (iii) A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:

- (i) Nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa;
- (ii) Na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou
- (iii) Mudanças na avaliação se a Companhia de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os impactos da adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2) estão demonstrados abaixo:

Impacto no Balanço Patrimonial Consolidado :

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018	IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ref.	01/01/2019	31/12/2018	IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ref.	01/01/2019
Ativo								
Circulante	544.985			544.985	563.867			563.867
Não circulante	1.128.191	10.376	(a)	1.138.567	1.058.288	23.718	(a)	1.082.006
Total do Ativo	1.673.176	10.376		1.683.552	1.622.155	23.718		1.645.873
Passivo								
Circulante	382.598	2.927	(b)	385.525	404.068	7.350	(b)	411.418
Não circulante	928.470	7.449	(b)	935.919	855.967	16.368	(b)	872.335
Patrimônio Líquido	362.108			362.108	362.120			362.120
Total do Passivo	1.673.176	10.376		1.683.552	1.622.155	23.718		1.645.873

(a) Refere-se ao reconhecimento de ativo de direito de uso dos contratos de alugueis definidos como arrendamento mercantil de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2). Nota explicativa 20.

(b) Refere-se ao reconhecimento do passivo dos contratos de alugueis definidos como arrendamento mercantil de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2). Nota explicativa 29.

ICPC 22 / IFRIC 23: Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 aprovada em 07/12/2018 entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2019. A interpretação descreve a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, requerendo que a entidade divulgue:

- (i) Julgamentos feitos ao determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais;
- (ii) Informações sobre as premissas feitas ao determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

Na avaliação da Companhia, a adoção da interpretação não trouxe impacto significativo nas demonstrações financeiras, considerando que os procedimentos utilizados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão em conformidade com a legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis permanecem os mesmos detalhados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria financeira identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Riscos de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia apresenta a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber	42.834	51.214	42.834	51.214
Conta corrente	8.304	5.470	8.304	5.470
Créditos com controladas	86.134	84.255	-	-
Ativos expostos	137.272	140.939	51.138	56.684
Provisão para perdas em investimentos	(59.784)	(74.534)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(4.370)	(6.896)	(4.370)	(6.896)
Fornecedores de investimento	(13.401)	(8.793)	(13.401)	(8.793)
Empréstimos e financiamentos	(60.123)	(59.134)	(60.123)	(59.134)
(-) Operação Swap	23.840	23.706	23.840	23.706
Passivos expostos	(113.838)	(125.651)	(54.054)	(51.117)
Exposição líquida	23.434	15.288	(2.916)	5.567

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber	177	338	177	338	10.695	12.811	10.695	12.811
Conta corrente	-	-	-	-	2.131	1.412	2.131	1.412
Créditos com controladas	-	-	-	-	22.104	21.744	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(14.732)	(18.770)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	1.569	(1.592)	1.569	(1.592)	(2.438)	(2.268)	(2.438)	(2.268)
Fornecedores de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(9.310)	(9.148)	(9.310)	(9.148)
	1.746	(1.254)	1.746	(1.254)	8.450	5.781	1.078	2.807

A Companhia mantém a estratégia de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações. Em 31 de março de 2019, a exposição cambial líquida é negativa.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora							
	31 de março de 2019				31 de dezembro de 2018			
	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	136.259	2.534	163.993	10.806	101.721	-	157.956	10.718
Entre um e dois anos	298.562	5.271	105.730	47.060	306.842	-	101.268	21.918
Entre dois e cinco anos	274.337	3.676	-	3.804	182.125	-	-	31.294
Acima de cinco anos	-	-	-	-	3.657	-	-	-
	<u>709.158</u>	<u>11.481</u>	<u>269.723</u>	<u>61.670</u>	<u>594.345</u>	<u>-</u>	<u>259.224</u>	<u>63.930</u>

* A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

	Consolidado							
	31 de março de 2019				31 de dezembro de 2018			
	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	136.259	5.363	179.088	10.882	101.721	-	170.830	10.793
Entre um e dois anos	299.876	11.757	105.730	47.380	308.134	-	101.268	22.068
Entre dois e cinco anos	274.337	7.877	-	3.830	182.125	-	-	31.506
Acima de cinco anos	-	-	-	-	3.657	-	-	-
	<u>710.472</u>	<u>24.997</u>	<u>284.818</u>	<u>62.092</u>	<u>595.637</u>	<u>-</u>	<u>272.098</u>	<u>64.367</u>

* A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de março de 2019 a administração considerou como cenário provável a alta da taxa CDI para 6,50% e da Selic para 6,50%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

	Consolidado em Reais							
	31 de março de 2019	Risco	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimos - Capital de Giro	(1.314)	Alta CDI	6,50%	85	8,13%	107	9,75%	128
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(240.937)	Alta CDI	6,50%	15.661	8,13%	19.576	9,75%	23.491
Debêntures	(302.150)	Alta CDI	6,50%	19.640	8,13%	24.550	9,75%	29.460
	<u>(544.401)</u>			<u>35.386</u>		<u>44.233</u>		<u>53.079</u>
Parcelamento de obrigações tributárias	62.092	Alta Selic	6,50%	(4.036)	8,13%	(5.048)	9,75%	(6.054)

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2019 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais						
	31 de março de 2019	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	42.834	3,400	(5.454)	4,250	10.709	5,100	21.417
Conta corrente	8.304	3,400	(1.057)	4,250	2.076	5,100	4.152
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(17.771)	3,400	2.263	4,250	(4.443)	5,100	(8.886)
Fornecedores de investimento	(13.401)	3,400	1.706	4,250	(3.350)	5,100	(6.701)
Empréstimos e financiamentos	(60.123)	3,400	7.656	4,250	(14.788)	5,100	(30.062)
(-) Contrato de Swap	23.840	3,400	(3.036)	4,250	5.927	5,100	11.920
Exposição líquida	(16.317)		2.078		(3.869)		(8.160)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 12 de abril de 2019.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma à obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários.

Os índices em 31 de março de 2019 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Empréstimos e financiamentos	709.158	594.345	710.472	595.637
Parcelamento de obrigações tributárias	61.670	63.930	62.092	64.367
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(118.360)	(67.580)	(151.166)	(82.624)
Créditos com outras pessoas ligadas	(98.716)	(97.941)	(98.716)	(97.941)
Aplicações Financeiras	(7.344)	(7.251)	(7.344)	(7.251)
Dívida líquida	546.408	485.503	515.338	472.188
Total do patrimônio líquido	344.294	362.108	344.310	362.120
Dívida líquida / PL (%)	1,59	1,34	1,50	1,30

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	118.360	67.580	151.166	82.624
Aplicações financeiras	7.344	7.251	7.344	7.251
Derivativos	4.782	3.375	2.403	3.375
Custo amortizado				
Créditos com outras pessoas ligadas	98.716	97.941	98.716	97.941
Contas a receber de clientes	208.869	222.065	229.761	239.463
	<u>438.071</u>	<u>398.212</u>	<u>489.390</u>	<u>430.654</u>
Custo amortizado				
Fornecedores e Cessão	269.723	157.956	287.472	170.830
Empréstimos, financiamentos e debêntures	709.158	594.345	710.256	595.637
Parcelamento de obrigações tributárias	61.671	63.930	62.092	64.367
	<u>1.040.552</u>	<u>816.231</u>	<u>1.059.820</u>	<u>830.834</u>

A aplicação financeira é um fundo de investimento de longo prazo e está atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste.

6 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em março de 2019 foi equivalente a 96,4% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Conta corrente	19.412	12.290	44.204	22.886
Aplicações financeiras	98.948	55.290	106.962	59.738
	<u>118.360</u>	<u>67.580</u>	<u>151.166</u>	<u>82.624</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7 Instrumentos financeiros

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em junho de 2018 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) e em conjunto uma operação de *Swap*, que visa proteger os pagamentos futuros desses empréstimos e financiamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Esta operação está classificada no passivo circulante e não circulante.

A operação de Crédito Exportação (NCE) foi de US\$ 6.100, equivalente a R\$ 23.999 ao custo de 2,10% a.a + LIBOR-03 mais variação cambial, ao ano, com Swap para 100% CDI + 1,40% ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 12 meses. As amortizações são trimestrais.

Em 31 de março de 2019 teve uma perda não realizado no valor de R\$ 29 conforme nota explicativa nº 34.

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	166.073	171.741	187.605	188.641
Mercado externo	42.834	51.214	42.834	51.214
	<u>208.907</u>	<u>222.955</u>	<u>230.439</u>	<u>239.855</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.068	781	1.656	1.546
	<u>1.068</u>	<u>781</u>	<u>1.656</u>	<u>1.546</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(1.106)	(1.671)	(2.334)	(1.938)
	<u>(1.106)</u>	<u>(1.671)</u>	<u>(2.334)</u>	<u>(1.938)</u>
	<u>208.869</u>	<u>222.065</u>	<u>229.761</u>	<u>239.463</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a. Composição das contas a receber por idade de vencimento

Controladora						
	31 de Março de 2019	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2018	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	202.866	-	0,2%	212.671	(509)	0,2%
Vencidos até 30 dias	4.044	-	0%	7.353	(273)	4%
Vencidos de 31 a 90 dias	1.565	(181)	12%	1.971	(118)	6%
Vencidos de 91 a 180 dias	636	(212)	33%	755	(155)	21%
Vencidos de 181 a 360 dias	458	(307)	67%	584	(214)	37%
Vencidos há mais de 360 dias	406	(406)	100%	402	(402)	100%
	209.975	(1.106)	0,5%	223.736	(1.671)	0,7%

Consolidado						
	31 de Março de 2019	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2018	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	224.733	(1.163)	0,1%	228.664	(509)	0,2%
Vencidos até 30 dias	4.110	-	0%	8.099	(328)	4%
Vencidos de 31 a 90 dias	1.728	(234)	14%	2.363	(151)	10%
Vencidos de 91 a 180 dias	661	(224)	34%	980	(181)	16%
Vencidos de 181 a 360 dias	458	(307)	67%	804	(278)	65%
Vencidos há mais de 360 dias	406	(406)	100%	491	(491)	98%
	232.095	(2.334)	1,0%	241.401	(1.938)	1,08%

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

A perda estimada da Companhia tem como política da empresa o escalonamento de realização da carteira, levando em consideração a performance de recuperação histórica dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos da norma internacional IFRS 9/CPC 48.

O critério utilizado pela companhia tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínima de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a companhia realiza o arrasto da carteira.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de março de 2019, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 98.288 (R\$ 76.502 em 31 de dezembro de 2018).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Produtos acabados	198.746	179.476	209.026	186.188
Produtos em processo	7.251	7.311	7.593	7.446
Matérias-primas e materiais de consumo	30.745	29.848	30.769	29.970
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(10.958)	(9.813)	(10.958)	(9.813)
Importações em andamento	808		808	
	<u>226.592</u>	<u>206.822</u>	<u>237.238</u>	<u>213.791</u>

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

10 Tributos a recuperar ou demais tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante				
ICMS	5.060	4.809	5.524	5.275
IPI (a)	2.204	2.655	2.337	2.767
IRRF/CSRF	636	512	653	549
IRPJ/CSLL	-	-	805	627
PIS/COFINS	-	-	-	422
Crédito de Pis/Cofins	-	-	435	-
Reintegra (b)	140	93	140	93
Outros	299	324	443	468
	<u>8.339</u>	<u>8.393</u>	<u>10.337</u>	<u>10.201</u>
Não circulante *				
ICMS	2.911	3.203	3.194	3.475
PIS/COFINS	2.356	1.812	2.356	1.812
	<u>5.267</u>	<u>5.015</u>	<u>5.550</u>	<u>5.287</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a. Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia é permitida pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016 que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

b. Reintegra

O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) consiste na devolução de parte do montante exportado na forma de crédito tributário para redução de tributos federais.

Em 31 de março de 2019 os créditos tributários referentes ao Reintegra foram R\$ 140 (31 de dezembro de 2018 R\$ 93).

11 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deve ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de março de 2019, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 98.716 (R\$ 97.941 em 31 de dezembro de 2018) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06 ,07 e 08 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora da PBG S/A no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

12 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e previdenciária (vide nota explicativa nº 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Cível (a)	105.475	101.316	105.476	101.316
Trabalhista	9.041	8.848	9.041	8.848
Tributária	6.887	6.785	6.918	6.816
	<u>121.403</u>	<u>116.949</u>	<u>121.435</u>	<u>116.980</u>

a. A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

13 Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução e reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após esse período o cálculo foi submetido às revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobras foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014 a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo, mantendo o saldo contábil atualizado no montante de R\$ 48.621.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2016, após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, a Companhia contratou um perito contábil para quantificar o crédito a ser executado, ajustando (reduzindo) o valor em razão de ulterior decisão do STJ.

Em 2017, a Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821. No período até 31 de dezembro de 2018 o valor permanece o mesmo.

A Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S/A) interpôs Agravo de Instrumento no Cumprimento de Sentença e obteve decisão liminar favorável para cassar a decisão que determinou o pagamento em favor da Companhia, assim como a retomada ao procedimento de liquidação de sentença. O acórdão transitou em julgado em julho/2018. A Companhia, em fevereiro de 2019, requereu o prosseguimento do processo com a homologação dos cálculos do crédito, que apontou o montante de R\$ 12.821. A Companhia reafirma sua certeza em relação ao valor ora reconhecido e sua realização em médio prazo.

14 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Imposto de renda	-	-	620	495	(412)	(6.152)	(1.573)	(7.527)
Contribuição social	-	-	185	132	-	(2.271)	(420)	(2.788)
	-	-	805	627	(412)	(8.423)	(1.993)	(10.315)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Prejuízos fiscais	18.049	10.607	18.049	10.607
Diferenças temporárias ativas	39.555	38.726	43.908	43.080
Variações cambiais pelo regime de caixa	236	648	236	648
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.068	1.899	2.068	1.899
Provisões civeis, trabalhistas, previd. E tributárias	15.461	15.577	15.461	15.577
Provisão contingência Pis/Cofins - Polo Ativo	6.927	6.927	6.927	6.927
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	1.144	485	1.144	485
Prejuizos fiscais em controladas	-	-	4.353	4.353
Outras diferenças temporárias ativas	13.719	13.191	13.719	13.192
Diferenças temporárias passivas	(51.676)	(51.298)	(51.676)	(51.298)
Portobello previdência	(3.289)	(3.289)	(3.289)	(3.289)
Realização da reserva de reavaliação	(17.718)	(17.871)	(17.718)	(17.871)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(4.359)	(4.359)	(4.359)
Contingência ativa - Semestralidade do PIS	(2.607)	(2.607)	(2.607)	(2.607)
Expurgo ICMS no Pis e Cofins	(10.267)	(10.267)	(10.267)	(10.267)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(12.620)	(11.862)	(12.620)	(11.862)
Ajuste a valor presente	(815)	(1.043)	(815)	(1.043)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	-	-	-	-
Ativo não circulante	5.928	-	10.281	4.353
Passivo não circulante	-	(1.965)	-	(1.965)

A movimentação líquida em 31 de março de 2019 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2018	(1.965)	2.388
Prejuízos fiscais	7.442	7.442
Prejuízos fiscais em controladas	-	-
Diferenças temporárias ativas	829	829
Diferenças temporárias passivas	(530)	(530)
Reserva de reavaliação	153	153
31 de março de 2019	5.928	10.281

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferido durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora	Consolidado
	31 de março de 2019	31 de março de 2019
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	(7.442)	(7.442)
Variações cambiais pelo regime de caixa	412	412
Provisão para ajuste a valor de mercado	(169)	(169)
Provisão para contingências	116	116
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	(660)	(660)
Outras diferenças temporárias ativas	(528)	(528)
	<u>(8.271)</u>	<u>(8.271)</u>
Realização da reserva de reavaliação	(153)	(153)
Ajuste a valor presente	(228)	(228)
	<u>378</u>	<u>378</u>
	<u>(7.893)</u>	<u>(7.893)</u>

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Resultado antes do imposto	(25.102)	9.821	(23.173)	8.406
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	8.365	(3.339)	7.879	(2.858)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	(439)	4.004	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(33)	328	(174)	328
Depreciação de ativos reavaliados	(153)	(153)	(153)	(153)
Outros	(7.741)	(2.486)	(1.584)	(1.372)
Despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (corrente e diferido)	7.893	(2.832)	5.968	(1.410)
Aliquota efetiva	31,4%	28,8%	25,8%	16,8%

Baseados em estudos e projeções de resultados para os períodos seguintes foi realizado uma análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2018, os quais foram submetidas aprovação junto ao Conselho Fiscal, no dia 12 de fevereiro de 2019, onde estimamos o seguinte cronograma para recuperação destes ativos:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Período	Consolidado
2019	33
2020	682
2021	964
2022	1.125
2023 a 2026	1.550
Total - Ativos diferidos	4.354

15 Ativos tributários

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Crédito-prêmio do IPI (a)		
Processo nº 1987.0000.645-9	22.414	22.414
Processo nº 1984.00.020114-0	7.784	7.784
Correção cédulas de crédito rural (b)	7.667	7.667
Expurgo do ICMS s/ PIS E COFINS (d)	56.856	59.381
Crédito-prêmio do IPI - "Polo Ativo"(c)	220.260	220.260
	314.981	317.506

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, sendo que o valor reconhecido em novembro de 2009, mantém em 31 de março de 2019 de R\$ 22.414.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do '*quantum*' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e se mantém em 31 de março de 2019 o saldo de R\$ 7.784.

b) Correção cédulas de crédito rural

Em março de 2017, a Companhia, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs ação individual de Execução de Sentença, com objetivo de cobrança do valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O Banco do Brasil em sede de reclamação ajuizada no Superior Tribunal de Justiça, obteve decisão

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

liminar para determinar a suspensão do processo de execução individual o valor de R\$ 7.667 (R\$ 7.667 em 31 de dezembro de 2018).

c) Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

O processo judicial que trata do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados ‘crédito-prêmio do IPI’ (1998.34.00.029022-4), classificado em março de 2018 como um ativo contingente passou a ser reconhecido no segundo trimestre de 2018 como ativo judicial.

A entrada de benefícios econômicos passou a ser considerada praticamente certa devido a manifestação da União-Fazenda Nacional no referido processo, que, em resumo, reconheceu como incontroverso o valor de R\$ 187.091 (base agosto/15) ao tempo em que divergiu do valor de R\$ 66.056.

Não cabem recursos adicionais sobre a parcela incontroversa, dado que se consumou a confissão do devedor – União Federal.

O processo iniciou-se em 1984, já tramitou pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e retornou à 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (vara original), para que fosse dado prosseguimento ao cumprimento de sentença. A Companhia já está promovendo a execução de sentença.

Em 31 de março de 2019, o valor do ativo devido em favor da Companhia está quantificado em R\$ 220.260, valor este homologado pelo Juízo da 6ª Vara Federal em sentença no processo de execução.

Concomitante ao reconhecimento do ativo, foi contabilizado no passivo uma obrigação de R\$ 62.008 com a Refinadora Catarinense S/A, inicialmente a parte autora da ação, posto que, em 2002, houve a substituição da titularidade do processo (pólo ativo) e a eleição pela Companhia de utilização destes créditos em compensação tributária. Mencionada operação foi prevista em contrato, formalizada entre as partes, originando o montante devido à mencionada parte relacionada.

Desta forma, o valor do ativo líquido da Companhia é de R\$ 158.252.

d) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS destacado. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STF e STJ).

Em 15 de março de 2017, em decisão favorável proferida pelo STF em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200 a Companhia procedeu com a reversão do montante provisionado naquela época.

Em 02 de julho de 2018, conforme certidão lavrada pela Secretaria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o referido processo transitou em julgado, portanto, esgotaram as possibilidades de recurso contra a decisão judicial. Desta forma, não se admite mais a revisão da determinação do tribunal e também a interposição de novos recursos

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 14 de agosto de 2018 a Companhia ingressou na Receita Federal com o pedido de habilitação de crédito decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado a fim de que possa utilizar os créditos entre novembro de 2009 e outubro de 2014, conforme determinado na decisão judicial.

Em 13 de dezembro 2018 fora proferida decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado, no valor de R\$ 59.381. A Companhia vem realizando a compensação desses créditos com tributos federais.

16 Ativo contingente

A parcela controversa do processo judicial 1998.34.00.029022-4, mencionado na nota explicativa 15 c, é mantida como um ativo contingente, dado que a União-Fazenda Nacional divergiu do montante apurado.

A União Federal alega divergências entre as bases apuradas pela Companhia e as bases da Receita Federal no valor de R\$ 66.056 (base agosto/15). Deste valor a parte líquida que cabe à Companhia é de R\$ 9.908 (base agosto/15) e em 31 de março de 2019, o valor é de aproximadamente R\$ 11.665, e a diferença é para a Refinadora Catarinense honorários de sucesso.

Em relação à esta parcela controversa, a Administração mantém o entendimento de que sua realização é provável. E desta forma é mantida sua divulgação em nota explicativa. Aguarda-se os próximos movimentos jurídicos para reconhecimento da parcela controversa do ativo.

17 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para perda em investimentos”.

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita*	Resultado*
Em 31 de dezembro de 2018						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	18.088	90.818	3.047	(5.156)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	26.912	16.644	76.841	4.334
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	36.089	35.609	65.049	28.377
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	3.312	2.479	10.110	249
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	9.461	1.118	1.420	974
Em 31 de março de 2019						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	34.197	91.602	3.947	(3.824)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	47.548	36.737	20.354	542
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	40.306	36.501	14.080	3.325
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	3.304	2.349	2.690	122
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	11.978	3.401	804	(961)

* Para 31/12/2018 informações são para o exercício de 12 meses e 31/03/2019 são para o período de 3 meses

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja a movimentação é a seguinte:

	Resultado Patrimônio líquido	Percentual do período	de participação	31 de dezembro de 2018	Variações cambiais	Integra- lização de capital	Lucro nos Estoque	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Varição participação acionaria	31 de março de 2019
Investimentos											
Portobello América Inc.	(57.405)	(3.824)	100%	(74.534)	(605)	19.754	(575)	(3.824)	-	-	(59.784)
PBTech Ltda.	10.817	542	99,94%	10.268	-	-	-	542	-	-	10.810
Portobello Shop S.A.	3.809	3.328	99,90%	480	-	-	-	3.325	-	-	3.805
Mineração Portobello Ltda.	957	122	99,76%	833	-	-	-	122	-	-	955
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	8.752	(981)	98,00%	8.346	-	1.192	-	(961)	-	-	8.577
Outros	10	-	100%	10	-	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas				(54.597)	(605)	20.946	(575)	(796)	-	-	(35.627)
Participação em controladas				19.937							24.157
Provisão para perdas em investimentos				(74.534)							(59.784)

18 Imobilizado

a) Composição

	Controladora				Consolidado				
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31 de março de 2019		31 de dezembro de 2018		
					Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Terrenos	-	12.603	-	12.603	12.603	13.524	-	13.524	13.524
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,88% (*)	203.846	(50.932)	152.914	154.636	223.302	(59.853)	163.449	163.822
Máquinas e equipamentos	15%	586.727	(336.815)	249.912	254.594	590.305	(336.891)	253.414	257.917
Móveis e utensílios	10%	9.466	(8.615)	851	888	10.381	(8.850)	1.531	1.568
Computadores	20%	25.979	(18.899)	7.080	7.505	26.674	(19.158)	7.516	8.086
Outras imobilizações	20%	2.563	(369)	2.194	2.001	2.799	(369)	2.430	2.452
Imobilizações em andamento	-	17.673	-	17.673	8.157	17.673	-	17.673	10.962
		858.857	(415.630)	443.227	440.384	884.658	(425.121)	459.536	458.331

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição (nota explicativa 29.3).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisão anual e não houve impacto relevante da vida útil do ativo imobilizado no primeiro trimestre de 2019.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Movimentação do imobilizado

Controladora						
	31 de dezembro de 2018	Adições	Transfe rências	Depre ciação	Baixas	31 de março de 2019
Terrenos	12.603	-	-	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	154.636	-	283	(1.868)	(137)	152.915
Máquinas e equipamentos	254.594	682	1.220	(6.583)	-	249.912
Móveis e utensílios	888	10	-	(47)	-	851
Computadores	7.505	98	66	(590)	-	7.080
Outras imobilizações	2.001	194	-	(2)	-	2.193
Imobilizações em andamento	8.157	11.085	(1.569)	-	-	17.673
	440.384	12.068	-	(9.090)	(137)	443.227

Consolidado						
	31 de dezembro de 2018	Adições	Transfe rências	Depre ciação	Baixas	31 de março de 2019
Terrenos	13.524	-	-	-	-	13.524
Edificações e benfeitorias	163.822	-	2.842	(3.079)	(137)	163.448
Máquinas e equipamentos	257.917	1.872	1.220	(7.595)	-	253.414
Móveis e utensílios	1.568	39	-	(76)	-	1.531
Computadores	8.086	99	66	(600)	(135)	7.516
Outras imobilizações	2.452	-	-	(2)	(20)	2.430
Imobilizações em andamento	10.962	11.086	(4.128)	-	(247)	17.673
	458.331	13.096	-	(11.351)	(539)	459.536

No 1T19 as adições somaram R\$ 13 milhões, sendo 85% destinados a Portobello e 15% para Pointer.

Na Portobello 68% foram destinados ampliação da capacidade da planta de Tijucas (SC), 20% para lojas próprias e o restante para reestruturação dos centros de distribuição.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre			
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Custo dos produtos vendidos	7.921	7.578	9.127	7.578
Despesa comercial	745	566	1.784	1.380
Despesa administrativa	425	269	440	270
	9.090	8.413	11.351	9.228

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

19 Intangível

a) Composição

	Controladora				Consolidado				
	Taxa média anual de amortização	31 de março de 2019		31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019		31 de dezembro de 2018		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	-	150	150	
Softwares	20%	25.437	(18.065)	7.372	7.207	26.272	(18.224)	8.048	8.066
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	-	4.073	(2.941)	1.132	1.231
Fundo de comércio	7%	-	-	-	-	12.320	(853)	11.467	9.845
Softwares em desenvolvimento	-	1.942	-	1.942	1.294	2.164	-	2.164	1.297
Sistema de gestão (a)	20%	18.887	(18.887)	-	-	18.887	(18.887)	-	-
		47.416	(37.952)	9.464	8.651	63.866	(40.905)	22.961	20.589

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle e aplicativos para ampliar a interação com clientes nas lojas Portobello.

b) Movimentação do intangível

	Controladora					
	31 de dezembro de 2018	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	31 de março de 2019
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	7.207	-	(661)	826	-	7.372
Direito exploração de jazidas	-	-	-	-	-	-
Softwares em desenvolvimento	1.294	1.474	-	(826)	-	1.942
Sistema de gestão	-	-	-	-	-	-
	8.651	1.474	(661)	-	-	9.464

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2018	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	31 de março de 2019
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	8.066	-	(699)	679	-	8.046
Direito exploração de jazidas	1.231	-	(99)	-	-	1.132
Fundo de comércio	9.845	1.807	(185)	-	-	11.467
Softwares em desenvolvimento	1.297	1.548	-	(679)	-	2.166
Sistema de gestão	-	-	-	-	-	-
	20.589	3.355	(983)	-	-	22.961

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Custo dos produtos vendidos	203	196	301	272
Despesa comercial	200	698	326	881
Despesa administrativa	258	431	356	464
	661	1.325	983	1.617

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2019	2020	2021	2022	2023 a 2038	Total
Softwares	2.140	2.625	1.654	1.018	609	8.046
Direito de exploração de jazidas	294	392	95	68	283	1.132
Fundo de Comércio	625	832	832	832	8.346	11.467
Sistema de gestão	-	-	-	-	-	-
	3.059	3.849	2.581	1.918	9.238	20.645

Os itens marcas e patentes e softwares em desenvolvimento não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nestas demonstrações financeiras.

20 Ativo de arrendamento

a) Composição

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial 01/01/2019 - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	10.376	23.718
(-) Depreciação acumulada	(646)	(1.819)
Saldo em 31/03/2019	9.730	21.899

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21 Fornecedores e cessão de crédito

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Mercado interno	106.201	104.038	121.296	116.912
Mercado externo	11.291	7.962	11.291	7.962
Circulante	117.492	112.000	132.587	124.874
Mercado interno (i)	105.730	101.268	105.730	101.268
Não circulante	105.730	101.268	105.730	101.268
	223.222	213.268	238.317	226.142

(i) Montante para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 12

b) Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 46.501 em 31 de março de 2019 (R\$ 45.956 em 31 de dezembro de 2018), com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

c) Fornecedores de investimentos

A Companhia apresenta saldo de R\$ 12.627 na controladora e R\$ 13.204 no consolidado no passivo circulante (R\$ 10.676 na controladora e R\$ 11.533 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), que se referem-se a imobilizações para atualização dos parques fabris, investimento em lojas próprias e sistemas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Venci- entos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				31 de	31 de	31 de	31 de
				março de 2019	dezembro de 2018	março de 2019	dezembro de 2018
Circulante							
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	11.173	9.796	11.173	9.796
NCE (b)	R\$	jun-21	7,80% a.a. ¹	46.983	42.002	46.983	42.002
NCE (b)	US\$	mar-24	8,57% a.a. ¹	10.637	7.947	10.637	7.947
PRODEC (c)	R\$	nov-22	4,00% a.a. ¹	12.246	14.145	12.246	14.145
FINEP (d)	R\$	mai/21	7,08% a.a. ¹	13.225	13.270	13.225	13.270
DEG (e)	US\$	out-21	7,45% a.a.+VC	36.280	12.179	36.280	12.179
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	421	421	421	421
DEBÊNTURES 1ª Série (g)	R\$	jun-21	8,73% a.a.	2.539	976	2.539	976
DEBÊNTURES 2ª Série (h)	R\$	jun-23	9,29% a.a.	2.755	985	2.755	985
Total do circulante			7,89% a.a.¹	136.259	101.721	136.259	101.721
Total moeda nacional				89.342	81.595	89.342	81.595
Total moeda estrangeira				46.917	20.126	46.917	20.126
Não circulante							
Capital de giro	R\$		8,00% a.a.			1.314	1.292
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	58.569	53.792	58.569	53.792
NCE (b)	R\$	jun-21	7,80% a.a. ¹	170.111	67.944	170.111	67.944
NCE (b)	US\$	mar-24	8,57% a.a. ¹	13.206	15.759	13.206	15.759
PRODEC (c)	R\$	nov-22	4,00% a.a. ¹	17.520	18.240	17.520	18.240
FINEP (d)	R\$	mai/21	7,08% a.a. ¹	15.347	18.590	15.347	18.590
DEG (e)	US\$	out-21	7,45% a.a.+VC	-	23.249	-	23.249
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	1.290	1.392	1.290	1.392
DEBÊNTURES 1ª Série (g)	R\$	jun-21	8,73% a.a.	148.428	146.829	148.428	146.829
DEBÊNTURES 2ª Série (h)	R\$	jun-23	9,29% a.a.	148.428	146.829	148.428	146.829
Total do não circulante			7,89% a.a.¹	572.899	492.624	574.213	493.916
Total moeda nacional				559.693	453.616	561.007	454.908
Total moeda estrangeira				13.206	39.008	13.206	39.008
Total Geral			7,89% a.a.¹	709.158	594.345	710.472	595.637
Total moeda nacional				649.035	535.211	650.349	536.503
Total moeda estrangeira				60.123	59.134	60.123	59.134

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a. Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação (R\$ mil)	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias		
		Desembolso	Vencimento							
(a)	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 105.646	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos		
	Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em 12/2016 no valor de R\$ 2.418 a 6ª parcela liberada em 02/2019 no valor de R\$ 8.827.									
(b)	Crédito de Exportação (NCE)	nov-17	nov-21	R\$ 50.000	48	Mensal	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do contrato		
		Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.								
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do contrato		
		jun-18	jun-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Clean		
		jun-18	mai-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 25% do saldo devedor do contrato		
		mar-19	fev-24	R\$ 54.000	60	Anual	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato		
		mar-19	mar-24	R\$ 50.000	60	Trimestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato		
		mar-19	mar-24	R\$ 10.000	60	Trimestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato		
		jun-16	mai-19	R\$ 10.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira.		
		jun-16	mai-19	R\$ 20.000	36	Trimestral	12			
Estes contratos possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.										
	PRODEC				48	Bullet	Bullet	-		
(c)	(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (8,64% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.									
(d)	Finep	jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária		
Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em 06/2017 no valor de R\$ 32.064.										
(e)	DEG	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias		
No 1T2019 a companhia não atingiu o covenant referente a operação com Banco DEG (PL/Ativo Total >20%). Em 06/05/2019 o banco DEG concedeu o Waiver referente ao não atingimento do indicador. Para próximos trimestres a companhia vislumbra o atingimento do indicador										
(f)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos		
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24			
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25			
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26			
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18			
(g)	Debêntures 3ª Emissão1ª Série	jun-18	jun-21	R\$ 150.000	36	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória		
(h)	Debêntures 3ª Emissão2ª Série	jun-18	jun-23	R\$ 150.000	60	Semestral	48	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória		

Em 15 de Junho de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora e repagamento de outros passivos da Emissora. Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, aplicações financeiras vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 40), aval dos controladores e de controlada.

Neste trimestre a Companhia realizou a captação de recursos no valor de R\$ 122.827.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
2019	136.259	101.721	136.259	10.721
2020	168.829	197.939	170.143	199.231
2021 a 2025	404.070	294.685	404.070	294.685
	709.158	594.345	710.472	504.637

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Reais	649.035	535.211	650.349	536.503
Dólares dos Estados Unidos	60.123	59.134	60.123	59.134
	<u>709.158</u>	<u>594.345</u>	<u>710.472</u>	<u>595.637</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

b. Debêntures

Em AGE do dia 15 de junho de 2018, foi aprovada a realização, pela Companhia, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	153.213	150.110
Debêntures 2ª série	153.427	150.119
Saldo Bruto	<u>306.640</u>	<u>300.229</u>
Custos de captação	(4.491)	(4.610)
Saldo líquido	<u>302.149</u>	<u>295.619</u>
Circulante	5.293	1.961
Não circulante	296.856	293.658

Características da Emissão	
Emissão	3ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Liquidante	Banco Bradesco S/A
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S/A
Rating de Emissão	Não
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	300.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	300.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM N°	476/09	
Código do Ativo	PTBL13	PTBL23
Data de Emissão	27/06/2018	
Data de Vencimento	27/06/2021	27/06/2023
Volume R\$	150.000.000,00	150.000.000,00
Qtde de Debêntures	150.000	150.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00	1.000,00
Forma	Escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 2,20% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 2,75% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 27/12/2018	
Amortização	Valor Nominal Inicial	Valor Nominal Inicial
Atos Societários:	AGE em 15/06/2018	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA < 3,00 vezes	

Os recursos obtidos por meio da 3ª Emissão foram destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da emissora e reperfilamento de outros passivos da Emissora.

A 3ª emissão de Debêntures possui cláusulas de *covenants* que foram cumpridas em 31 de março de 2019.

23 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a Vencer	31 de	31 de	31 de	31 de
			março de	dezembro	março de	dezembro
LEI 11.941/09 (a)	nov-09	67	61.670	63.930	62.092	64.367
Total			61.670	63.930	62.092	64.367

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
2019	10.806	10.718	10.882	10.793
2020 a 2023 (*)	47.060	52.270	47.380	52.570
2024	3.804	942	3.830	1.004
	61.670	63.930	62.092	64.367
Circulante	10.806	10.718	10.882	10.793
Não circulante	50.864	53.212	51.210	53.574

(*) Soma das parcelas anuais de R\$ 10.806 em 31 de março de 2019 e R\$ 10.718 em 31 de dezembro de 2018 para a Controladora e R\$ 10.882 e R\$ 10.793 respectivamente para o Consolidado.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e setembro de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 818, atualizadas pela Selic, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa nº 15.

24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 15. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório advocatício Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

provimento ao recurso. A Companhia irressignada com a decisão de parcial provimento teve seu Recurso Especial admitido e mantém o pronunciamento de reverter à questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 29.433 em 31 de março de 2019, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 15 c.

25 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de março de 2019 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
IRRF	1.288	2.177	1.579	2.688
ICMS	1.585	1.161	1.638	1.224
IPI	(75)	-	(75)	-
PIS/COFINS	254	62	681	492
Outros	193	209	342	334
			-	
	3.245	3.609	4.165	4.738

26 Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.
Demonstrativo da movimentação das provisões:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Cíveis	18.081	19.581	18.081	19.581
Trabalhistas	18.733	18.397	18.733	18.397
Previdenciários	6.836	6.836	6.836	6.836
Tributárias	94.084	94.761	94.115	94.791
	137.734	139.575	137.765	139.605

	Controladora				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenc	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2018	19.581	18.397	6.836	94.761	139.575
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	-	651	-	-	651
Provisões adicionais	-	257	-	-	257
Reversões por não utilização	-	(37)	-	-	(37)
Atualização monetária (Reversão)	-	431	-	-	431
Reversões por realização	(1.500)	(315)	-	(677)	(2.492)
Em 31 de março de 2019	18.081	18.733	6.836	94.084	137.734

	Consolidado				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenc	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2018	19.581	18.397	6.836	94.791	139.605
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	-	651	-	-	651
Provisões adicionais	-	257	-	-	257
Reversões por não utilização	-	(37)	-	-	(37)
Atualização monetária (Reversão)	-	431	-	-	431
Reversões por realização	(1.500)	(315)	-	(676)	(2.491)
Em 31 de março de 2019	18.081	18.733	6.836	94.115	137.765

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 427 ações cíveis (436 ações em 31 de dezembro de 2018), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 316 reclamações trabalhistas (324 reclamações em 31 de dezembro de 2018), movidas por ex-funcionários e terceiros. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Previdenciários

Baseada na baixa expectativa de êxito nas ações administrativas e judiciais, que versem sobre cartões de premiação corporativos, a Companhia, reconheceu no primeiro trimestre de 2018 a provisão destes débitos, no valor total de R\$ 6.836, os quais ainda dependem de decisão judicial, em fase de Execução Fiscal, ou em alguns casos, de decisão administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A matéria foi levada ao Supremo Tribunal Federal - STF, na Reclamação nº 22012, que julgou improcedente, prevalecendo, assim, a correção dos débitos trabalhistas pelo IPCA-E. A Companhia não promoverá de imediato a majoração de suas provisões trabalhistas, aguardando nova manifestação do TST sobre o assunto. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6.235.

Tributárias

Tributos sobre o ativo judicial Polo Ativo

No segundo trimestre de 2018, a Companhia reconheceu na rubrica de provisões tributárias o montante de R\$ 74.180 referente à PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre o ativo judicial Polo Ativo, mencionado na nota explicativa nº 15c).

27 Ações possíveis de perda e remotas relevantes

a. Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Cíveis	3.844	3.844	3.844	3.844
Trabalhistas	7.295	7.315	7.295	7.315
	11.139	11.159	11.139	11.159

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b. Ação remota referente Processo Administrativo nº 10983-721.445/2014-78, nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73.000 como passivos potenciais. Dito processo administrativo encontra-se na delegacia de julgamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil para julgamento da impugnação.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a Companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983-721.445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19.000, devido a duplicidade por parte do fisco. Em decisão de primeira instância, as impugnações apresentadas foram procedentes, para reconhecer a duplicidade do lançamento e, por consequência, determinar a extinção do crédito tributário. Atualmente, os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf, para julgamento do recurso de ofício.

28 Incentivo de longo prazo

Em 2012, a Companhia implementou o programa incentivo de longo prazo (ILP). O programa visa atrair, reter e reconhecer o desempenho de profissionais chaves.

São elegíveis ao ILP diretores, superintendentes e gerentes, que através de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa. Cada integrante detém uma quantidade de títulos que são chamados figurativamente de “ações referência”. Estas não são negociadas em mercado de balcão e sua “valorização” é calculada anualmente pelo desempenho do Ebitda e da relação entre Ebitda e dívida líquida.

O pagamento é previsto em três parcelas anuais com diferimento de dois anos no início do período. A liquidação será feita através de valores monetários em quantia proporcional aos ganhos apurados pelas métricas do plano.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012. Atualmente há 2 planos vigentes. O valor presente da obrigação em 31 de março de 2019 é R\$ 162 na controladora e no consolidado (R\$ 162 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

29 Outros

Em 31 de março de 2019 a Companhia possuía 18 contratos de locação para suas unidades comerciais. Os contratos de locação são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data.

O tratamento contábil para esses contratos foi alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado nas notas explicativas 2b. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e a contrapartida no passivo em outros.

Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 0,52%.

Estimativa de realização:

	Controladora			Consolidado		
	Passivo de Arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos arrendamento	Passivo de Arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos arrendamento
2019	2.534	(418)	2.116	5.363	(817)	4.546
2020	2.868	(429)	2.439	6.194	(822)	5.372
2021	2.403	(285)	2.118	5.563	(541)	5.022
2022	2.114	(158)	1.956	4.728	(284)	4.444
2023 em diante	1.562	(47)	1.515	3.149	(77)	3.072
Total	11.481	(1.337)	10.144	24.997	(2.541)	22.456

30 Patrimônio líquido

30.1 Capital social

Em 31 de março de 2019 a Companhia apresenta um capital social e integralizado no valor total de R\$ 140.000 (R\$ 140.000 em 31 de dezembro de 2018), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2019 havia 73.786.991 ações em circulação, o equivalente a 46% do total de ações emitidas (73.786.991 em 31 de dezembro de 2018, equivalente a 46 %do total). Compreende o saldo

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

30.2 Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta por três reservas, a reserva legal, a reserva de retenção de lucros e reserva de lucros a destinar, conforme a seguir:

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de março de 2019, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 25.140 (R\$ 25.140 em 31 de dezembro de 2018) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

O montante de R\$ 114.922 refere-se a reserva de retenção de lucros, embasada no projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 02 de abril de 2019, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de lucros a destinar tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 02 de abril de 2019. Desta forma, o saldo atual da Reserva é R\$ 95.898 (R\$ 95.898 em 31 de dezembro de 2018).

30.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial			Total
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2018	34.692	(40.462)	(8.080)	(13.850)
Realização da reserva de reavaliação	(298)	-	-	(298)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	(605)	-	(605)
Em 31 de março de 2019	34.394	(41.067)	(8.080)	(14.753)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente. Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Em março de 2019 o montante foi de R\$ 603, conforme nota explicativa nº 17a).

31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2019, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Receita bruta de vendas	278.615	277.658	307.334	303.208
Deduções da receita bruta	(64.001)	(54.348)	(68.102)	(57.307)
Impostos sobre vendas	(52.358)	(48.905)	(55.560)	(51.549)
Devoluções *	(11.643)	(5.443)	(12.542)	(5.758)
Receita líquida de vendas	214.613	223.310	239.232	245.901
Mercado interno	163.133	171.830	207.367	194.421
Mercado externo	51.480	51.480	31.865	51.480

32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 31 de março de 2019 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(161.490)	(147.351)	(163.536)	(147.630)
Com Vendas (b)	(51.630)	(52.439)	(72.657)	(63.825)
Gerais e Administrativas	(10.258)	(8.766)	(10.674)	(9.260)
	(223.378)	(208.556)	(246.867)	(220.715)
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	108.382	87.022	105.893	84.308
Salários, encargos e benefícios a empregados	59.932	52.813	67.003	58.560
Mão de obra e serviços de terceiros	15.485	14.424	16.161	14.730
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	12.792	10.616	12.931	10.616
Custo das mercadorias revendidas	7.191	9.267	7.448	12.038
Amortização e depreciação	9.753	9.798	18.862	10.845
Outras despesas comerciais	3.595	8.180	8.863	10.719
Comissões sobre vendas	6.064	6.093	7.136	6.812
Despesas com marketing e publicidade	6.540	6.895	7.502	7.547
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	3.815	3.960	3.815	3.960
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	3.340	2.955	4.672	3.955
Outras despesas administrativas	2.094	1.882	2.306	1.974
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(15.605)	(5.349)	(15.725)	(5.349)
Total	223.378	208.556	246.867	220.715

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	162	120	162	142
Outras receitas	2.664	-	2.568	-
Total	2.826	120	2.730	142
Outras despesas operacionais				
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	(3.192)	(3.336)	(3.192)	(3.337)
Provisão para participação no resultado	(1.940)	(1.388)	(1.940)	(1.388)
Reversão de débitos parcelados (PERT)	-	3.193	-	3.193
Despesas pré operacionais	(71)	-	(72)	-
Outras despesas	-	(249)	(154)	(187)
Total	(5.203)	(1.780)	(5.358)	(1.719)
Total líquido	(2.377)	(1.660)	(2.628)	(1.577)

34 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Receitas financeiras				
Juros	1.730	735	1.842	945
Atualização de ativos	1.578	1.443	1.578	1.443
Ganho com operação de Swap (a)	1.407	-	1.407	-
Outros	1	6	31	16
Total	4.716	2.184	4.858	2.404
Despesas financeiras				
Juros	(5.664)	(5.452)	(5.697)	(5.505)
Encargos financeiros com tributos	(1.573)	(676)	(1.608)	(684)
Atualização de provisões para contingências	-	(5.121)	-	(5.121)
Comissões e taxas de serviços	(1.374)	(1.128)	(1.609)	(1.317)
Despesas bancárias	(325)	(113)	(327)	(113)
Reversão de multa e juros debitos parcelados PERT	-	672	-	672
Perda com operação de Swap (a)	(1.436)	-	(1.436)	-
Juros sobre debêntures	(6.551)	(4.508)	(6.551)	(4.508)
Outros	(582)	(542)	(741)	(668)
Total	(17.505)	(16.868)	(17.969)	(17.244)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	448	(194)	445	(194)
Empréstimos e financiamentos	(244)	(169)	(244)	(169)
Total	204	(363)	201	(363)
Total líquido	(12.585)	(15.047)	(12.910)	(15.203)

(a) Nota explicativa nº 7

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

35 Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(17.209)	6.989	(17.205)	6.996
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489	158.489	158.489
Lucro (Prejuízo) básico por ação	(0,10858)	0,04410	(0,10856)	0,04414

O lucro (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores, nas controladas.

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

36 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos mínimos do exercício de 2018, que representam 25% do lucro da Companhia, somam R\$ 31.892. Destes R\$ 2.612 e R\$ 6.310 (líquido de impostos) foram pagos antecipadamente sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio, respectivamente, em 29 de agosto de 2018. O montante que resta a pagar aos acionistas a título de distribuição de lucros é de R\$ 22.970, cuja data de pagamento será deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

	31 de março de 2019
Dividendos 2018	
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido)	31.892
Valores pagos antecipadamente (líquido de impostos)	(8.922)
Dividendos a pagar em 31 de março de 2019 (a)	22.970
Valor aprovado para pagamento em 02 de abril de 2019	22.970

(a) Passivo (Dividendos a pagar)

37 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de março de 2019			Em 31 de março de 2018		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	207.367	31.865	239.232	194.421	51.480	245.901
Custo dos produtos vendidos	(138.818)	(24.718)	(163.537)	(117.113)	(30.517)	(147.630)
Lucro operacional bruto	68.549	7.147	75.695	77.308	20.963	98.271
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(73.486)	(12.473)	(85.959)	(64.534)	(10.128)	(74.662)
Vendas, gerais e administrativas	(70.858)	(12.473)	(83.331)	(62.957)	(10.128)	(73.085)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.628)	-	(2.628)	(1.577)	-	(1.577)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(4.937)	(5.326)	(10.264)	12.774	10.835	23.609
% sobre a ROL	-2%	-17%	-4%	7%	21%	10%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda. A Companhia exporta para 71 países.

38 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de março de 2019, somam o montante de R\$ 21.261, correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se à aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são de R\$ 1.101 e R\$ 873 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 694 e R\$ 904 respectivamente.

39 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de março de 2019 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza é de R\$ 250.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 18.000, lucros cessantes no valor de R\$ 35.000 e danos elétricos no montante de R\$ 3.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 13 de junho de 2018 até 13 de junho de 2019.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a Generali Brasil Seguros S.A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10.000, com vigência de 26 de agosto de 2018 até 26 de agosto de 2019.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 28.000, vigente de 18 de agosto de 2016 até 18 de agosto de 2020.

40 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	Controladora	
		31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Controladas			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	28.377	28.377
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	1	3
Contas a receber	Portobello América, Inc.	86.134	84.255
Contas a pagar líquido de adiantamentos	PBTech Com. Sem. Cer. Ltda.	3.914	481
Contas a receber líquido de adiantamentos	Cia Brasileira de Cerâmica	40	752
Ativos líquidos dos passivos com controladas		<u>118.466</u>	<u>113.868</u>
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Créditos pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	98.716	97.941
Dínida com pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	(62.008)	(62.008)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	-	-
Contas a receber líquido de adiantamentos	Flooring Renest. Cer. Ltda.	(3)	-
Contas a pagar	Multilog Sul Armazéns S/A	958	958
Contas a pagar	Flooring Renest. Cer. Ltda.	307	307
Contas a pagar	Neo way	122	122
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		<u>38.104</u>	<u>37.320</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza - Resultado	Empresa	Acumulado	
		31 de março de 2019	31 de março de 2018
Receitas			
Controladas			
Venda de produtos	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	5.734	6.231
Venda de produtos	Portobello América, Inc.	4.027	-
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	5.783	4.882
Venda de produtos	Flooring Renest. Cer. Ltda.	2.545	2.233
Despesas			
Controladas			
Compra insumos	Mineração Portobello Ltda.	(2.447)	(2.714)
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Aluguel	Gomes Part Societárias Ltda.	(469)	(126)
Serviços de frete	Multilog Sul Armazéns S/A	(1.256)	(1.390)
Serviço de cortes	Flooring Renest. Cer. Ltda.	(2.741)	-
Serviço Software	Neoway Tecnologia	(122)	-
		<u>11.054</u>	<u>9.116</u>

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de duas partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	Natureza	Acumulado	
					31 de março de 2019	31 de março de 2018
	Patrimonial			Resultado		
	Contas a receber líquido de adiantamentos			Royalties		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	928	938	Royalties	1.227	1.210
Flooring Renest. Cer. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	353	393	Royalties	524	569
		<u>1.281</u>	<u>1.331</u>		<u>1.751</u>	<u>1.779</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas à pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de março de 2019 são:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referente às Informações Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Remuneração fixa				
Salários	3.889	3.280	4.387	3.692
Honorários	1.467	1.318	1.467	1.318
Remuneração variável	434	419	528	419
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo	-	-	-	-
Plano de previdência	323	195	331	195
Outros	487	593	540	658
	<u>6.600</u>	<u>5.805</u>	<u>7.254</u>	<u>6.282</u>

41 Eventos subsequentes

(a) Não atingimento de covenant no trimestre

No 1T2019 a Companhia não atingiu o covenant referente a operação com banco DEG (PL/Ativo Total 20%), mencionado na nota explicativa nº 22. Em 06/05/2019 o banco DEG concedeu o Waiver referente ao não atingimento do indicador.

Para próximos trimestres a companhia vislumbra o atingimento do covenant.

(b) Destinações de lucros em Assembléia Geral Ordinária e Assembléia Geral Extraordinária

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 2 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição de lucros representativos de 25% do resultado do exercício de 2018, no montante de R\$ 31.892. Ainda, em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida na mesma data, foi aprovado o aumento do capital social com a utilização de reservas de lucro, no montante de R\$ 60.000.